

174

Ata da 268.ª reunião do Conselho da Ordem
dos Advogados, sessão de Pernambuco.

Em vinte e nove dias do mês de maio
de mil novecentos e cinquenta e seis, pelas dezessis
horas, na sala número trinta e quatro do Pa-
lácio da Justiça, reuniu-se o Conselho da Ordem
dos Advogados, sessão de Pernambuco, sob a
presidência do doutor José Cavalcanti Neres, ser-
vindo como primeiro secretário o dr. José
doutor Jorge B. Carneiro da Cunha, e como se-
gundo secretário o doutor Luiz Rafael Ellyer, pre-
sentes ainda os Conselheiros José Laurêncio Accioly,
Guilherme Passos, Sérgio Riquinho, Otton Sialfo, Tran-
de Souza, Roberto Araújo, João Siqueira Lima,
Carlos Moreira, Sabosa de Almeida e Elvino
Brito. Inicialmente, foi lida e aprovada a
ata da sessão anterior. Constatou o expediente
de um ofício da Secção da Ordem do Paraná
expressando veementemente protestos contra afirmações
do Senador Assis Góes e a respeito
de membros do Instituto dos Advogados Bra-
sileiros, mandando ao arquivo o mesmo ofício;
de um pedido de cancelamento de inscrição
do quadro de advogados, por parte de
Enrico de Barros Correia, obtendo deferi-
mento; de um ofício do doutor Sena
Sagundes, Presidente do Conselho Federal
contendo instruções sobre o regimento coletivo
para advogados, deliberando-se que seriam
publicados editais com o objetivo de di-
minuir as listas do referido regimento e
obter adesão. Na ordem do dia, foram

aprovados os pareceres da Comissão de Indicação pela inscrição no quadro de advogados, em caráter provisório, do Adv. Elvino Alves e Luiz Elvino, com impedimento contra a Fazenda Municipal de Catende; Stanu de Alencar Vasconcelos, com impedimento contra a Fazenda Federal; em caráter definitivo, Luiz Carlos Barbosa Lima, com impedimento contra a Fazenda Estadual; pela transformação em definitivas das inscrições provisórias de Clóvis Valença Alves e Lauro Pinckar. Foi convertido em diligência o processo de inscrição do Adv. Fernandes Antônio Cabral de Freitas, fim de que o requerente declare o cargo público que exerce. Em seguida foi submetido a julgamento o pedido de reconsideração do Adv. Luiz Padilla, tenente-coronel do Exército Nacional. Vencidas as preliminares, o pedido foi conhecido, e o Adv. Bray de Andrade, advogado do requerente, sustentou oralmente a pretensão. O mérito da questão foi amplamente discutido pelos Senhores Conselheiros. No curso dos debates, vários dos Conselheiros esclareceram que mudariam pontos de vista anteriormente adotado para conceder a reconsideração, uma vez que estavam, nesse momento, melhor instruídos. Findas as explicações e pareceres, o pedido de reconsideração foi submetido à votação, sendo acolhido por maioria, contra os votos dos Conselheiros Jorge Bartholomeu, Sérgio Ligeiro, Salosa e Almeida e Luiz Rafael Lourenço. Anunciado o resultado da votação, o Conselheiro Carlos Moreira



levantou uma questão de ordem no tocante aos impedimentos do Sr. Luiz Padilha, deliberando o Conselho, por maioria, que tais impedimentos seriam contra a Fazenda Federal. Naor mais fazendo a tratar foi encerrada a sessão, da qual leavei a presente ata que será assinada pela Mesa e depois lida e aprovada. Em tempo, faço constar, em aditamento, que findo o julgamento do citado pedido declarou o Conselheiro Sergio Ligeiro que recorria da decisão para o Conselho Federal, e apresentaria as razões do recurso, quando da publicação do acórdão. Outrosim, o Presidente designou o Conselheiro Rodolfo Araújo para levar o acórdão.

J. Cavalcanti de A. - Presidente
 Tabosa de Almeida - 1º Sec. ad-hoc
 H. M. L. - 2º Sec.